

Sobrestimando até ao exagero o seu lado económico e omitindo o seu lado educativo e formativo em liberdade, esvanece-se a ruptura capitalismo-cooperativismo e integra-se paulatinamente este naquele.

(De Carvalho, Lino; Duarte, Gorjão, Seara Nova, Cadernos, 1972)

A grande questão que se nos oferece como ponto de partida para esta breve reflexão é o mundo que temos, as condições do país em que nos encontramos e quais as respostas que o movimento cooperativo poderá dar, tendo em conta a realidade concreta que nos está colocada na fase histórica que vivemos.

Lidando com as contingências de intervir numa economia de mercado - aberta e sem freio -, o cenário atual exige o desenvolvimento de projetos cooperativos que se elevem ante o modelo económico dominante, atuando na resolução dos males por este produzidos, assumindo-se como uma utopia realizável, que não abdica da democracia como princípio basilar, que assume o capital como um meio, e as pessoas como um fim, a quem toda a ação se destina.

No plano internacional, a complexidade é vasta e a incredulidade tende a ser paralisante, dado que os acontecimentos que eclodem nas diversas latitudes ferem frontalmente os princípios e a matriz estrutural onde assentam os altos princípios da Aliança Cooperativa Internacional. Com efeito, a paz, a solidariedade, a igualdade, a liberdade, a independência, a governação democrática, o combate à pobreza, à exclusão social, a defesa do meio ambiente, a intercooperação, a multiculturalidade, a multireligiosidade e a defesa integral dos Direitos Humanos estão hoje seriamente colocadas em causa.

As tectónicas deslizam no xadrez mundial e a nova rearrumação de forças impacta diretamente nos aspetos mais determinantes da nossa vida coletiva, também no plano interno. As tensões sociais, que se vão expressando de formas diversas, revelam um país a braços com uma realidade desfavorável para um grande número de famílias que, esperando respostas, desesperam por as não ter, criando um caldo socioeconómico e político profundamente adverso, propício a situações extremadas, abruptas, imprevisíveis e violentas, não condizentes com a realidade esperada e por alcançar, enquanto povo e enquanto país, passados que estão 51 anos da revolução de Abril.

No dia 17 de Outubro de 2024, no âmbito do dia internacional para a erradicação da pobreza, o PORDATA apresentava indicadores que confirmavam que Portugal é o 2º país da UE onde mais pessoas estão a viver em más condições materiais; o 5º onde mais pessoas não conseguem aquecer a casa (pobreza energética); onde 17% da população vive abaixo do limiar da pobreza e onde 5,9% da população não consegue garantir uma refeição de carne ou peixe de 2 em 2 dias.

A tendência para o escurecer dos dias e para as noites em claro, de sobressalto, parece estar a acentuar-se – **daí a urgência de agir**.

A intensificação da desregulação, desvalorização e descentralização do fator Trabalho nas sociedades atuais têm originado a massificação da atomização e precarização dos trabalhadores. Estes mecanismos têm conduzido à subalternização social de quem vive do seu trabalho, assumindo-se, simultaneamente, como









estratégias eficazes de desidentificação dos trabalhadores enquanto tal.

Tudo isto tem vindo a ser preparado numa espécie de jogo sub-reptício e pernicioso, com recurso a táticas semânticas de hipervalorização do sucesso individual, vertido no aclamado empreendedorismo, e de subvalorização do trabalhador assalariado, visto como margem do sistema.

Neste quadro, o acesso à habitação condigna, a escalada de preços de bens e serviços essenciais, as dificuldades no acesso a cuidados de saúde, as insuficiências na Educação, na intervenção e Ação Social, as dificuldades no acesso à produção e fruição cultural, no acesso à prática desportiva, por entre outras matérias, têm contribuído decisivamente para o aprofundar das desigualdades e das injustiças, desenhando, a forte grafite, um cenário de exclusão social para muitos milhares de pessoas em Portugal.

Por seu turno, as alterações da "manta social" determinadas, em parte, por fenómenos de imigração, estão a ter impactos muito significativos, e que hoje parecem assumir-se como um dos principais "bodes expiatórios", causa de todas as patologias, e via direta para a acentuação da desconfiança no outro, acelerando assim a instalação do medo, causador de uma certa "raiva" que tolhe e encurta os mecanismos de reflexividade, exacerbando as perceções e inflamando as emoções, com resultados deveras preocupantes "(...) filha do medo a raiva é mãe da cobardia (....)" (Buarque, Chico, in Caravanas, 2017).

Perante um mundo e um país a braços com realidades tão complexas, que papel se reserva ao movimento cooperativo no combate à mitigação dos mais gravosos impactos do tempo histórico que vivemos?

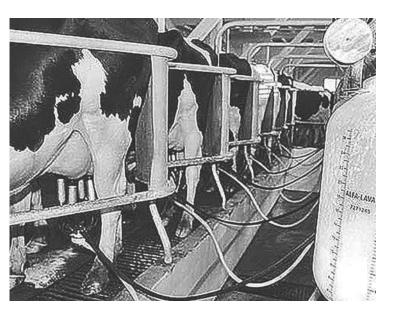
Como tornar decisivas, marcantes, dinâmicas, conhecidas, viáveis e sustentáveis as estruturas cooperativas, tendo em conta o combate que é preciso travar para ajudar a transformar a realidade em algo mais justo, equilibrado, solidário e humanamente racional, tendo em conta os níveis de desumanização impostos pelo sistema dominante, numa sistémica lógica de darwinismo social triturante?

Pensamos haver aqui, dentro de uma economia naturalmente mista, tal como a Constituição da Républica consagra, necessidade de olhar para o tripé onde se articulam os três setores (Público, Privado/Lucrativo e Social e Cooperativo, a atuar simultaneamente na arena do mercado), onde as estruturas do setor não lucrativo, mesmo não tendo o primado do lucro, tendem a replicar as lógicas de atuação, as escalas de valores, as dimensões simbólicas, a imagética e as questões de ordem comportamental do modelo económico dominante – este parece-nos um dos fatores que confere maiores níveis de insustentabilidade ao seu desenvolvimento.

Daí a necessidade extrema da consciencialização, da formação e da preparação, tanto de quadros dirigentes, como de quadros técnicos, no sentido de estarem devidamente imbuídos desse espírito de integração em estruturas que visam a construção de um mundo diferente, onde o capital é uma ferramenta, que se distribui e se aplica com distintos objetivos, num mundo onde os princípios e valores teóricos que regem o movimento cooperativo à escala global sejam uma unidade dialética em permanência com a prática de todos os dias, na vida das organizações e nas comunidades.

A Educação e Formação, como sabemos, determinam a sociedade que queremos, as organizações que pretendemos, o mundo que gostaríamos de ver materializado. No plano do ensino dito regular, as formas de organização económica e social não dominantes, tal como as "diferentes constelações da galáxia da Economia Social" – assim as definia o Prof. Rui Namorado –, deviam carecer de um outro tratamento, uma outra centralidade. No entanto, percebe-se que num quadro de disputas ideológicas em permanência, quem está em melhor posição a cada período histórico traça o seu quadro de intensificação e de domínio, também, e fundamentalmente, por esta via.

O futuro das estruturas do movimento cooperativo assume-se como um desafio multipétalo, ganhando mais equilíbrio, força e raiz, à medida que cada pétala se encaixa no seu devido lugar, numa harmoniosa construção que a mantém firme e a perseguir o objetivo de se manter reta, independente, sólida e consequente face ao seu objeto.



'Outra das questões de fundo que podem permitir uma outra alavancagem do setor cooperativo prende--se com as molduras legais que o regem e enquadram e que devem refletir uma discriminação positiva, de forma inequívoca. Se a justa adequação legislativa é essencial para o futuro das cooperativas, não menos importante, dado que revela em si um reconhecimento profundo por parte do Estado sobre esta forma humanista e iluminista de intervir na sociedade e na economia, são os apoios diretos a conceder para fomentar e desenvolver o setor, colocando-o em pé de igualdade, designadamente com o setor lucrativo.9

No movimento cooperativo, nem todas as estruturas intervêm no mesmo campo, dado que perseguem objetos diferenciados em ramos distintos. Algumas atuam em complementaridade com o Estado no domínio da ação e intervenção social, revelando claras dificuldades na sua gestão corrente. Bastará para isso que ocorram atrasos no cumprimento de um qualquer programa de cooperação - o que não é raro acontecer. Daí que o acesso ao crédito em condições vantajosas - tendo em conta os objetivos, valores, princípios e fins a que se destinam estas estruturas -, seja um elemento central para a viabilidade das estruturas e dos projetos cooperativos.

Desta forma, os governos nacionais, bem como as estruturas supranacionais, desde logo no quadro da União Europeia, devem dedicar atenção redobrada no sentido de criar uma centralidade nova ao cooperativismo, no plano institucional e nas opções governativas, se é que entendemos, todos, que o seu reforço é imprescindível para agir nas prioridades que se colocam, como são, por exemplo, as respostas no acesso à habitação, na produção energética, na produção e distribuição alimentar, na Cultura, nos transportes, entre outros.

Da identidade organizacional, da participação direta dos seus membros, da construção, promoção e disponibilização de bens e serviços socialmente úteis, objetivando satisfazer as necessidades de ordem económica, social, cultural, e ambiental das comunidades dependerá o futuro e a razão de existir das estruturas, do modelo e do ideal cooperativo.

A afirmação da liberdade plena, também no plano da intervenção na economia, só se poderá atingir se colocarmos o cooperativismo num outro patamar de visibilidade, comunicação e consciencialização sobre o seu papel na construção de um mundo mais justo e equilibrado. Desafios atuais, que ganham ainda maior relevância e dimensão neste ano de 2025, no quadro das comemorações do ano internacional das cooperativas, onde se pretende fomentar, acentuar, reforçar e alavancar o ideal cooperativo, como uma das soluções para a encruzilhada em que nos encontramos.—

*Presidente do Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores